TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12455/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de adjunta do meu gabinete, a licenciada Carla Susana de Oliveira Ferreira, técnica superior da Autoridade Tributária e Aduaneira, com efeitos a partir de 19 de setembro de 2016.

2 — A designada fica autorizada a exercer as atividades previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 19 de Setembro de 2016.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de outubro de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados Pessoais:

Nome: Carla Susana de Oliveira Ferreira
Data de Nascimento: 28 de abril de 1971

2 — Formação académica e formação específica:

Licenciada em Direito, na vertente Jurídico-Económicas, pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1994, pós-graduada em Direito da Comunicação pelo Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito de Coimbra, em 1996, pós graduada em Legística e Ciência da Legislação pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2007, Frequência de pós-graduação em Direito Fiscal pelo Instituto Económico de Direito Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Concluiu o 5.º Grau de Piano e de Formação Musical pela Academia de Amadores de Música em 1994;

3 — Experiência profissional:

Advogada, desde 2012, exerce funções de jurista na Direção de Serviços de Consultadoria Jurídica e Contencioso da Autoridade Tributária e Aduaneira; Em 2011 exerceu funções no Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso do Instituto da Segurança Social, I. P.; Em 2006, Lecionou a cadeira de Direito Internacional Comparado do Trabalho no Instituto Superior de Línguas e Administração; De 2005 a 2011 foi Adjunta do Secretário de Estado da Segurança Social; Em 2002 jurista do quadro específico do IGFSE; De 2001 a 2002 foi Assessora do Ministro do Equipamento Social; De 1999 a 2000, Conselheira Técnica da Secretária de Estado da Cultura; De 1996 a 1999, Assessora do Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais; De 1994 a 1996 realizou o estágio em advocacia. Foi membro da Comissão de Avaliação do Mérito Cultural; Prestou consultoria jurídica no processo de reestruturação do Teatro Nacional D. Maria II e na Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores; Coordenou a elaboração de projetos de diplomas e implementação das medidas legislativas no âmbito do sistema público da segurança social, em especial no âmbito do regime prestações do subsistema previdencial de segurança social.

Assegurou o patrocínio judiciário do Instituto da Segurança Social, I. P. no âmbito do contencioso da segurança social, bem como, da Autoridade Tributária e Aduaneira âmbito do contencioso tributário nos Tribunais Judiciais e Arbitrais.

209919783

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital de Aveiro

Despacho n.º 12456/2016

Por ter saído com inexistência o Despacho n.º 10477/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 160 de 22 de agosto de 2016,

referente à subdelegação de competências nos Diretores de Unidade do Centro Distrital de Aveiro, procedo à sua revogação e republicação, nos seguintes termos:

Ao abrigo do disposto no artigo 44.º do Código de Procedimento Administrativo, e no uso das competências que me foram delegadas pela deliberação n.º 733/2016, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 27 de abril, e das competências atribuídas pelos Estatutos do ISS, IP, aprovados pela Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio, e as competências referidas na deliberação do Conselho Diretivo do ISS, IP, n.º 127/2012 de 18 de setembro, delego e subdelego com faculdade de subdelegação e sem prejuízo dos poderes de avocação:

1 — Na Diretora da Unidade de Apoio à Direção, licenciada Graça Maria Castro Santos, os poderes necessários para, no âmbito geográfico de atuação dos respetivos serviços, praticar os seguintes atos, em matéria de gestão em geral, gestão financeira e contabilidade, e gestão de administração e património, desde que precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os pressupostos, os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do Conselho Diretivo sobre a matéria:

1.1 — Apresentar queixas-crime em nome e no interesse do ISS, IP, relativamente a factos ocorridos na área de intervenção própria do centro distrital;

1.2 — Reclamar os créditos da segurança social em sede de quaisquer processos jurídicos, nomeadamente processos de falência e insolvência, de execução e natureza fiscal, cível e laboral e requerer, na qualidade de credor, a declaração de insolvência;

1.3 — Deferir e indeferir os requerimentos de proteção jurídica da competência do Centro Distrital de Aveiro, nos termos da Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, que foi alterada e republicada pela Lei n.º 47/2007, de 28/08;

1.4 — Em matéria de contraordenações, no âmbito do previsto no artigo 3.º da Lei n.º 107/2009, de 14 de setembro, e na alínea *f*) do n.º 2 do artigo 5.º do DL 83/2012, de 30/03, na sua redação atual;

1.5 — Aplicar admoestações, coimas e sanções acessórias pela prática de infrações ao direito da segurança social no âmbito das relações jurídicas de vinculação, contributiva e prestacional, bem como despachar e arquivar os mesmos processos;

1.6 — Aplicar admoestações e coimas pela prática de contraordenações no âmbito dos estabelecimentos de apoio social, bem como despachar e arquivar os mesmos processos, à exceção dos casos em que seja proposta a aplicação conjunta de coima e de sanção acessória, matéria reservada ao Conselho Diretivo do ISS, IP;

1.7 — Submeter à homologação do Conselho Diretivo os planos e os relatórios anuais de atividades, no quadro do Plano Anual de Atividades do ISS, IP, e proceder à respetiva avaliação;

1.8 — Assegurar a gestão dos recursos financeiros e patrimoniais, das instalações e equipamentos que estejam afetos aos respetivos serviços, em articulação com os competentes serviços centrais;

1.9 — Autorizar a realização de despesas com a locação, aquisição de bens e serviços e com empreitadas em obras públicas necessárias para o funcionamento dos serviços do centro distrital até ao limite de €25.000,00;

1.10 — Determinar a realização de inquéritos obrigatórios na sequência de acidentes de viação e nomear os respetivos instrutores;

1.11 — Autorizar a requisição de guias de transporte;

1.12 — Autorizar a realização de despesas de transporte, de reparação de viaturas e com a aquisição de peças, combustíveis e lubrificantes até ao limite, em cada caso, de €2.000,00;

1.13 — Autorizar as despesas com fundos fixos até ao limite máximo que lhes for fixado pelo Conselho Diretivo;

1.14 — Autorizar o abate de material de utilização permanente afeto ao respetivo centro distrital cujo valor patrimonial não exceda o valor de €99.760,00;

1.15 — Autorizar o pagamento de multas, preparos e custas judiciais nos processos e ações judiciais em que a representação do ISS, IP é assegurada pelo Centro Distrital;

1.16 — Efetuar recebimentos e pagamentos, em conformidade com as autorizações e orientações recebidas dos serviços centrais;

1.17 — Assegurar as ligações com as instituições de crédito, previamente autorizadas;

1.18 — Movimentar as contas bancárias conjuntamente com a minha assinatura, ou, em conjunto, e em alternativa, com a assinatura do Diretor do Núcleo de Administração Geral, Planeamento e Gestão da Informação, licenciado João Manuel Neves de Sousa;

1.19 — Autorizar o pagamento em prestações mensais de prestações indevidamente recebidas;

1.20 — Autorizar as despesas com transportes em ambulâncias para a realização de exames médicos;

1.21 — Autorizar as participações devidas aos beneficiários pela participação dos médicos nas comissões de recurso e de reavaliação;